

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas Cidades Brasileiras*. São Paulo: Ed. Contexto, 1988, 82 pp.

Habitação é sem dúvida um dos principais pontos da discussão que norteia a análise dos problemas brasileiros. Quer seja pelo Estado, quando da elaboração de suas políticas, quer pelos movimentos populares quando sabendo da necessidade e dificuldade de morar, reivindicam uma participação ativa na condução das políticas públicas que lhe dizem respeito.

Dada à relevância do assunto, torna-se necessário discuti-lo em diversos níveis da sociedade. A literatura introdutória todavia, se mostra insuficiente. É dentro dessa perspectiva que se enquadra o livro de Arlete Moysés, que, através de uma linguagem acessível, caminha com seriedade sobre as diversas facetas que compõem a questão habitacional no Brasil.

O estudo se propõe esclarecer os problemas de moradia, levando em consideração velhos e novos entraves. Inicialmente a autora lança sua observação sobre a diversidade de moradias nas cidades, e até dentro de um mesmo bairro, tanto em relação às características de construção quanto em nível de infra-estrutura. Atenta principalmente para a situação de que nas cidades a densidade nos espaços é inversamente proporcional a infra-estrutura. Haveria então segundo a autora uma "segregação espacial". Partindo da necessidade de "morar" e colocando em contraposição o déficit habitacional brasileiro, estimado em 10 milhões de unidades e correspondendo a 10% do déficit mundial, a análise focaliza primeiramente o solo e sua caracterização enquanto mercadoria nas sociedades capitalistas, resgatando a distribuição da posse da terra, desde as sesmarias. "A terra é um equivalente de capital, porque se 'valoriza' sem trabalho, sem uso. Para produzir renda o ter e o usar não estão juntos. Pauta-se nas regras de valorização do jogo capitalista que se fundamenta na propriedade privada. Mas, é uma falsa mercadoria e um falso capital. É um valor que se valoriza pela monopolização do acesso a um bem necessário à sobrevivência e tornado escasso e caro pela propriedade" (p. 17).

Uma preocupação evidenciada no texto diz respeito à produção social do espaço urbano e à apropriação individual, investigando dessa forma a especulação imobiliária e seus mecanismos para uma maior valorização dos terrenos. A autora analisa as diversas formas de produção da cidade: autoconstrução, favelas, ocupações, cortiços, casas próprias e alugadas. Vale ressaltar as críticas feitas principalmente à autoconstrução. Essa forma de produção de habitações vem sendo utilizada pelo Estado, que através de projetos financia o material de construção. Segundo a autora a autoconstrução seria um sobretrabalho. "A autoconstrução é executada nos períodos que deveriam ser destinados ao descanso do trabalhador, para repor as energias, mas, na verdade, 'descansa-se trabalhando, carregando pedras'. Este é o lema do autoconstrutor por vários anos" (p. 31).

Não obstante o caráter introdutório do livro conduzir a repetições várias, quebrando uma visão de conjunto necessária à abordagem feita, a análise merece destaque em dois momentos. O primeiro refere-se à divisão sem muita consistência, entre ocupações e favelas como se fossem fenômenos distintos. Justifica que a favela é caracterizada por uma ocupação individual e cotidiana. As ocupações acontecem em blocos. Mas quantas favelas se formam de ocupações ocorridas em bloco? A especificação do que seja favela é, portanto, insuficiente.

O outro aspecto, um pouco frustrante, é a análise sobre a atuação do Estado. Apesar da autora apresentar esse tópico de forma atualizada (analisa a trajetória do BNH e dos programas da COHAB e INOCOOP) não faz nenhuma análise mais elaborada das funções do Estado. Aborda superficialmente a atuação do Estado po-

pulista e do Estado autoritário sem contudo deixar claro as questões que os diferenciam.

O estudo, pautando-se pela crítica, transmite informações básicas e atualizadas para a compreensão das dificuldades de "Moradia nas Cidades Brasileiras". Aponta como principal caminho a ampliação das discussões para todos os cidadãos e o respeito pelas propostas dos movimentos populares. Toma por exemplo a proposta de reforma urbana apresentada por estes movimentos à Assembléia Nacional Constituinte. Esta é sem dúvida uma estratégia que, apesar de já ter sido tão discutida, continua merecendo a atenção de todos os que se preocupam com o fortalecimento dos movimentos populares.

Eis aí uma dimensão positiva da obra analisada.

Josineide de Meneses Silva

Estagiária CPOLI/Fundação Joaquim Nabuco e Graduada em Ciências Sociais – UFPE